

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

BRUNA GERLANY DE SOUZA NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO FINANCEIRA
DE DISCENTES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS E
PARTICULARES DA CIDADE DE GRAVATÁ-PE**

CARUARU

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

BRUNA GERLANY DE SOUZA NASCIMENTO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO FINANCEIRA DE
DISCENTES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS E
PARTICULARES DA CIDADE DE GRAVATÁ-PE

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. M. Sc. José Cícero de Castro.

CARUARU

2016

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

N244e Nascimento, Bruna Gerlany de Souza.
Educação financeira: um estudo sobre a percepção financeira de discentes do 3º ano do ensino médio de escolas públicas e particulares de Gravatá – PE. / Bruna Gerlany de Souza Nascimento. - 2016.
60f. il. ; 30 cm.

Orientador: José Cícero de Castro
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Administração, 2016.
Inclui referências bibliográficas

1. Finanças pessoais. 2. Educação. 3. Ensino médio. I. Castro, José Cícero de (Orientador). III. Título.

658 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2016-044)

BRUNA GERLANY DE SOUZA NASCIMENTO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO FINANCEIRA DE
DISCENTES DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS PÚBLICAS E
PARTICULARES DA CIDADE DE GRAVATÁ-PE

Este trabalho foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de graduação em
Administração da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste.

Caruaru, 25 de janeiro de 2016.

Prof. Dr. Cláudio José Montenegro de Albuquerque
Coordenador do Curso de Administração

BANCA EXAMINADORA:

Prof. M.Sc. José Cícero de Castro
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Orientador

Prof. Dra. Monaliza Ferreira de Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Examinador 1

Prof. M.Sc. Fernando José do Nascimento
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Examinador 2

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho, primeiramente a Deus, que me guia, me protege e me ajuda na caminhada diária.

Com todo meu amor e carinho dedico a minha mãe, que para mim é o meu maior exemplo de vida, por sua coragem e dedicação.

Dedico também ao meu marido que nessa jornada acadêmica estava sempre presente me dando apoio.

Aos meus irmãos, a minha cunhada, ao meu pai, as minhas colegas de universidades e aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo que tenho recebido em minha vida, por ter saúde, um lar, uma família maravilhosa, que sempre está comigo, e por ter um trabalho.

Aos meus pais pelo dom da vida, em especial a minha mãe, Lourdes, ser digno de todos os agradecimentos desse mundo.

Ao meu marido Junior por sua imensa generosidade, paciência, companheirismo e tantos outros adjetivos que ele tanto merece. Por me encorajar nos momentos mais difíceis, por me ajudar, por ter aberto mão de compartilhar tantos momentos ao meu lado nesses últimos anos. Amo-te imensamente!

Aos meus irmãos, George e Bruno por me confiarem à missão de cuidar da nossa mãe, quando tive a difícil escolha de deixar minha cidade natal e trazê-la comigo, em busca desse sonho.

As minhas amigas Wilma e Vanessa, que tive o grande prazer de conhecer, aprender e dividir tantos momentos no decorrer da minha graduação e que levo essa amizade por toda minha vida.

Ao meu orientador José Cícero de Castro, que mesmo sem me conhecer foi generoso em me acolher e dedicar seu tempo tão corrido as minhas orientações e principalmente por me ajudar a desenvolver minha pesquisa na área de educação financeira, na qual tenho tanto amor.

Aos professores Fernando e Monaliza por participarem da banca e contribuir com minha vida acadêmica.

A minha amiga Deize Regina que sempre me incentivou e que pôde dividir comigo o alegre momento de passar no vestibular da tão sonhada UFPE e aos meus amigos Eduarda e Wellington pela força que vocês me deram quando trabalhávamos juntos.

Aos sogros por me acolherem tantas vezes em sua casa com todo carinho desse mundo.

As minhas colegas de sala Elline, Jéssica, Mauriceia, Edna, Paula e Priscila por muitos momentos que vivemos na universidade e as minhas amigas tão queridas Márcia e Patrícia pela amizade e carinho que vocês têm por mim, mesmo eu estando tão distante.

Aos meus queridos amigos por entenderem os momentos que não tive condições de estar presente por conta dos compromissos acadêmicos.

A todos, muito obrigada!

*Não é o que você faz, mas quanto amor você
dedica no que faz que realmente importa!*

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

As novas demandas de consumo tornaram o dinheiro fator essencial para atendimento das necessidades humanas. Assim, o comportamento consumista trouxe uma visão de que gastar para suprir um desejo é sinônimo de bem-estar e prestígio social. Mas as pessoas têm empregado seus rendimentos na realização de sonhos sem um planejamento financeiro prévio. Esse estudo almeja apresentar o perfil comportamental dos entrevistados na tomada de decisões financeiras. Quanto às justificativas, apontar-se o elevado nível do endividamento familiar, o interesse governamental para formação de cidadãos com mais consciência financeira com a criação do Projeto Nacional de Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular – BNC. Para tanto, utilizou-se um questionário como instrumento de coleta de dados, aplicado a uma amostra de 275 alunos, cursando o 3º ano do ensino médio em escolas públicas e particulares do Município de Gravatá e foi feita uma análise de abordagem qualitativa. Partindo desse pressuposto, os resultados encontrados mostram que a educação financeira é considerada de grande relevância para os entrevistados. A análise descritiva revela primeiramente o perfil dos discentes. Em seguida, são apresentados os resultados obtidos dos questionamentos envolvendo educação financeira e a sua inclusão no ensino médio. Por último, serão feitas as considerações do estudo e sugestões de outros possíveis estudos.

Palavras-Chave: Educação; Educação Financeira; Ensino Médio.

ABSTRACT

The new consumer demands made money essential factor to meet human needs. Thus, consumer behavior brought a vision to spend to fulfill a desire is synonymous with well-being and social prestige. But people have employed their income on realization of dreams without prior financial planning. This study aims to present the behavioral profile of respondents in making financial decisions. As for the reasons, pointing to the high level of household debt, the government's interest to form citizens with more financial awareness with the creation of the National Financial Education Project and the Common National Base Curriculum - BNC. Therefore, we used a questionnaire as a data collection instrument, applied to a sample of 275 students, attending the 3rd year of high school in public and private schools in the city of Gravesend and was made a qualitative approach to analysis. Based on this assumption, the results show that financial education is considered of great importance to respondents. The descriptive analysis first reveals the profile of the students. Then the results of the questions involving financial education and their inclusion in high school are presented. Finally, they will be made the considerations of the study and suggestions of other possible studies.

Keywords: Education; Financial Education; High School.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Instituição de ensino	32
Gráfico 2: Gênero dos entrevistados.....	33
Gráfico 3: Percentual dos respondentes que trabalham	33
Gráfico 4: Idade dos respondentes	34
Gráfico 5: Quantidade de moradores por residência.....	35
Gráfico 6: Renda bruta mensal familiar	35
Gráfico 7: Valor da mesada do respondente	36
Gráfico 8: Participação no orçamento financeiro familiar	37
Gráfico 9: Gasta mais do que ganha	37
Gráfico 10: Percepção sobre o planejamento financeiro pessoal dos entrevistados.....	38
Gráfico 11: Tipo de pagamento predominante	38
Gráfico 12: Fator mais importante na decisão de compra.....	39
Gráfico 13: Percepção sobre o controle financeiro dos respondentes	40
Gráfico 14: Opinião sobre o porquê as pessoas se endividam	40
Gráfico 15: Opinião sobre reserva para poupança.....	41
Gráfico 16: Percepção sobre investimento em aposentadoria	41
Gráfico 17: Importância da educação financeira para sua vida.....	42
Gráfico 18: Importância do ensino de educação financeira	42
Gráfico 19: Aprendizado de educação na escola no ensino médio.....	43
Gráfico 20: Importância do aprendizado de educação financeira no ensino médio	43
Gráfico 21: Percepção do preparo para tomar decisões financeiras conscientes	44
Gráfico 22: Percepção sobre como utiliza os recursos financeiros	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Equação renda, poupança e investimento	19
Tabela 2: Diretrizes da estratégia nacional para educação financeira	21
Tabela 3: Evolução da educação no Brasil.....	23
Tabela 4: Metas do Plano Nacional de Educação.....	27

LISTA DE SIGLAS

AEF-Brasil	Associação de Educação Financeira do Brasil
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
BACEN	Banco Central
BNC	Base Nacional Comum Curricular
BM&FBovespa	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CYFI	<i>Child and Youth Finance International</i>
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNSeg	Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EC	Emenda Constitucional
ENEF	Estratégia Nacional para Educação Financeira
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
GEFI	Global pela Educação em Primeiro Lugar
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MJ	Ministério da Fazenda
MPS	Ministério da Previdência Social
OEI	<i>Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....	13
1.1 OBJETIVOS	15
1.1.1 Objetivo geral.....	15
1.1.2 Objetivos específicos	15
1.2 JUSTIFICATIVA.....	15
CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 FINANÇAS PESSOAIS.....	18
2. 1.1 Consumo	18
2.1.2 Poupança.....	19
2.1.3 Investimento	19
2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	20
2.2.1 Estratégia Nacional de Educação Financeira	21
2.3 EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	23
2.3.1 Sistema educacional brasileiro	24
2.3.2 Plano Nacional de Educação	26
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	28
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	28
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	28
3.3 ABORDAGEM DA PESQUISA	29
3.4 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	29
3.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	30
3.6 ANÁLISE DOS DADOS	30
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	32
4.1.1 Perfil dos entrevistados	32
4.1.2 Percepção sobre educação financeira	36
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERENCIAS.....	47
APÊNDICE - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	51
ANEXO A- SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA DE TCC – COLÉGIO BATISTA.....	54

ANEXO B - SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA DE TCC – ESCOLA CLETO CAMPELO.....	55
ANEXO C - SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA DE TCC – ESCOLA DEVALDO BORGES	56
ANEXO D – SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA DE TCC - SALESIANAS	57
ANEXO E - SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA DE TCC - EREMPAF	58
ANEXO F - SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA DE TCC – ETE.....	59
ANEXO G – DECLARAÇÃO - GRE MATA NORTE	60

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

O homem primitivo utilizava o escambo como moeda de troca para adquirir os mantimentos necessários para sua sobrevivência. Aqueles que obtivessem recursos superiores aos necessários para seu sustento e dos seus familiares trocavam tais recursos com quem detivesse outros tipos de produtos em excesso, isso garantia a diversidade de suprimento para todos. Com a intensificação das relações comerciais e da divisão do trabalho, esse processo de troca deixou de ser eficiente, pois, na maior parte dos casos, tornou-se impossível compatibilizar as necessidades de consumo das pessoas (BACEN, 2008, p.5). Depois, tais transações foram substituídas por negócios com metais preciosos, devido à durabilidade (BACEN, 2015).

O Banco Central (BACEN) ainda ressalta que os grandes volumes de objetos preciosos levaram os possuidores à prática de guardá-los com ourives, que em garantia entregavam recibos que se tornaram meios de pagamento, dando origem, posteriormente, ao papel moeda usado nos dias atuais. Com o tempo, os governos passaram a conduzir a emissão de cédulas e moedas, controlando as falsificações e garantindo o poder de pagamento, centralizando a fabricação nos Bancos Centrais (BACEN, 2015).

A evolução da sociedade de consumo trouxe às pessoas novas demandas. Assim, a dependência pelo dinheiro, com o intuito de suprir tais necessidades, tornou-se inevitável. Então, criou-se uma mentalidade de que quanto mais se consome mais se tem garantias de bem-estar, de prestígio e de valorização, já que na atualidade as pessoas são avaliadas pelo que possuem e não pelo que são (CABRAL, 2015).

Segundo Eker (2006), a preocupação em ter muito dinheiro leva as pessoas a não planejar o futuro e não saber direcionar seus gastos, mas o hábito de administrar as finanças é mais importante do que a quantidade de dinheiro que possuem.

Um importante campo de estudo, as Finanças Comportamentais, vem ganhando crescente reconhecimento no mundo acadêmico e fora dele. Seu traço distintivo é a incorporação de conceitos de outras áreas (como psicologia e sociologia) à economia para explicar as decisões financeiras dos indivíduos (MILANEZ, 2003).

Para a ENEF (2015), ao longo de toda a vida as pessoas necessitam lidar com questões financeiras por serem agentes econômicos, logo as decisões sobre esse assunto têm grande impacto no tempo presente e no nosso futuro. Sem o devido planejamento financeiro, o

indivíduo perde a noção de seus limites monetários e acaba gastando mais do que pode pagar, comprometendo sua qualidade de vida.

Por isso, visando melhorar os índices da educação financeira e previdenciária, como também favorecer o fortalecimento da cidadania, eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores, o Governo Federal estabeleceu a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF (BRASIL/ Decreto nº 7.397, 2010).

Juntamente a essa estratégia, o Banco Central do Brasil reestruturou seu programa Cidadania Financeira, com o objetivo de capacitar o cidadão brasileiro a administrar seus recursos financeiros de maneira consciente (BACEN, 2015).

O dinheiro não é ensinado nas escolas. As escolas se concentram nas habilidades acadêmicas e profissionais, mas não nas habilidades financeiras. Isso explica por que médicos, gerentes de banco e contadores inteligentes que tiveram ótimas notas quando estudantes terão problemas financeiros durante toda sua vida. Nossa impressionante dívida nacional se deve em boa medida a políticos e funcionários públicos muito instruídos que tomam decisões financeiras com pouco ou nenhum treinamento na área do dinheiro (KIYOSAKI, LECHTER, 1998, p.22).

Objetivando introduzir a educação financeira em todo o processo de formação de crianças e jovens, a ENEF desenvolveu o Programa Educação Financeira nas Escolas, levando esse conhecimento para a educação básica (AEF-BRASIL, 2015). Ele venceu o Prêmio *Country Award* 2014, na categoria regional para Américas e Caribe, concedido pela *Childand Youth Finance International* (CYFI). Com esse reconhecimento internacional, a importância da introdução do ensino de educação financeira voltada para crianças e jovens se fortalece.

Conforme afirma a ENEF (2015) a educação financeira é importante em todas as fases da vida, e aprender desde cedo ajuda a fundamentar nossos comportamentos.

Nosso sistema escolar, por ter sido criado na época agrária, ainda acredita em casas sem alicerces. Chão de terra batida ainda está na moda. Assim, a garotada sai da escola sem qualquer fundamento financeiro. Este sistema de ensino não tem conseguido acompanhar o ritmo das mudanças globais e tecnológicas do mundo atual. Temos que ensinar aos jovens as habilidades acadêmicas e financeiras de que precisarão não só para sobreviver, mas para desenvolver-se no mundo com que se deparam (KIYOSAKI, LECHTER, 1998, p.61).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como problema de pesquisa: Qual o perfil dos alunos do 3º ano do ensino médio de escolas públicas e particulares na cidade de Gravatá PE, a partir da percepção financeira em relação às várias alternativas disponíveis de alocação em consumo, poupança e investimento?

1.1 OBJETIVOS

A próxima seção mostra os objetivos geral e específicos do presente trabalho.

1.1.1 Objetivo geral

Este estudo tem como objetivo analisar a percepção financeira de alunos da 3ª série do ensino médio de escolas públicas e particulares da cidade de Gravatá-PE, tendo como ponto de partida as informações e os conhecimentos sobre a educação financeira adquiridos nas séries do ensino médio.

1.1.2 Objetivos específicos

Com a finalidade de alcançar o objetivo geral foram estabelecidos os objetivos específicos a seguir:

- Conhecer o perfil comportamental dos entrevistados na tomada de decisões financeiras;
- Avaliar como os alunos se comportam diante de decisões que envolvam consumo, poupança e investimento;
- Entender a importância da educação financeira para os discentes.

1.2 JUSTIFICATIVA

Desde o Brasil Colônia, o País sofre as consequências de não saber administrar suas finanças. A história da dívida interna brasileira começou no período colonial, no qual, desde os séculos XVI e XVII, alguns governadores da Colônia faziam empréstimos. Os empréstimos da época confundiam-se com empréstimos pessoais dos governantes. Além disso, no período colonial não existia transparência: o tamanho da dívida, a finalidade do empréstimo, as condições em que esse era feito etc. (NETO, 1980).

Não é apenas o Governo que não consegue cumprir seus compromissos. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) conclui que dentre as famílias brasileiras, 12,5% se consideram muito endividadas, 21,9% afirmaram ter mais da metade de sua renda mensal comprometida com pagamento de dívidas. O cartão de crédito foi apontado como um dos principais tipos de dívida por 76,9% das famílias endividadas, seguido por carnês (15,6%) e, em terceiro, financiamento de carro (13,6%) (CNC, 2015).

No estudo perfil do endividamento das famílias brasileiras, desenvolvido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) com base nos resultados mensais da (PEIC), foi identificado o percentual de consumidores com contas em atraso e os que não terão condições de pagar, tempo de endividamento e nível de comprometimento da renda.

Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18.000 consumidores (CNC, 2015). Foi constatado que, em maio de 2015, o percentual de famílias endividadas alcançou 62,4%, o que representa uma alta em relação aos 61,6% observados em abril deste mesmo ano, sendo a quarta alta consecutiva desde o início do ano. Visando melhorar a formação dos alunos, medidas foram tomadas por parte do Governo, o que mostra a preocupação em formar cidadãos com mais consciência financeira.

Até o início de março de 2016, a consulta pública sobre o texto preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNC) está disponível no site do Banco Central.

A BNC estabelece os conhecimentos essenciais a que todos os estudantes brasileiros devem ter acesso durante sua trajetória escolar, do ensino infantil ao ensino médio, defendendo que os alunos passem a aprender sobre juros, preços, impostos, poupança, uso do cartão de crédito, consumo sustentável... É um jeito didático de mostrar o caminho para os jovens compreenderem o valor do dinheiro e descobrir que, com paciência e responsabilidade, dá para tornar-se um consumidor consciente. Consumidores bem-educados financeiramente demandam serviços e produtos adequados às suas necessidades, incentivando a competição e desempenhando papel relevante no monitoramento do mercado, uma vez que exigem maior transparência das instituições financeiras, contribuindo, dessa maneira, para a solidez e para a eficiência do Sistema Financeiro Nacional (BACEN, 2015).

São esforços contínuos para o melhoramento das políticas públicas voltadas para a educação financeira, que pode ser entendida como um tema transversal que dialoga com as diversas disciplinas dos currículos do Ensino Fundamental e Médio, possibilitando ao estudante compreender como concretizar suas aspirações e estar preparado para as diversas fases da vida (ENEF, 2015).

Logo, faz-se importante a realização desta pesquisa com o intuito de coletar informações de alunos do 3ª ano do ensino médio que viabilizassem entender a relevância da educação financeira para a formação dos cidadãos brasileiros e para a sociedade. O público alvo escolhido, em sua maioria, ainda não trabalha conforme será apresentado na análise dos resultados desta pesquisa e logo será inserido no mercado de trabalho, passará a ter renda e terá a responsabilidade de saber usar os recursos provenientes do seu trabalho.

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo apresenta os fundamentos científicos que servem como base teórica deste trabalho. Inicialmente serão apresentados os conceitos de finanças pessoais, poupança, investimento e consumo. Em seguida, será mostrado a evolução da educação brasileira e o atual sistema educacional, como também o Plano Nacional de Educação. E finalizando, será exposto o conceito de educação financeira e a Estratégia Nacional para Educação Financeira (ENEF). Tais conceitos servem de suporte para o melhor entendimento da presente pesquisa.

2.1 FINANÇAS PESSOAIS

Gitman (2004) expõe que finança é a ciência de gerenciar o dinheiro. Os indivíduos e organizações estão constantemente envolvidos em operações financeiras cotidianas, pois recebem e pagam contas, fazem aplicações etc.

O aprendizado e a aplicação de conhecimentos práticos de educação financeira podem contribuir para melhorar a gestão de nossas finanças pessoais, tornando nossas vidas mais tranquilas e equilibradas sob o ponto de vista financeiro (BACEN, 2013, p. 12).

A administração e o planejamento das finanças pessoais exigem que seja seguida uma estratégia precisa e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa (FRANKENBERG, 1999). Para tanto é importante atentar para os conceitos de consumo, poupança e investimento.

2. 1.1 Consumo

Os indivíduos para atender suas necessidades consomem diariamente produtos. É o processo natural de sobrevivência humana. O consumo possibilita que os indivíduos atinjam necessidades e sonhos, porém se faz necessário planejá-lo buscando evitar que o dilema entre o querer e o poder nos coloque em uma enrascada financeira (BACEN, 2015).

Este fenômeno pode ocorrer de diversas maneiras, mas a comunicação mercadológica que atinge as pessoas tem um papel decisivo nas decisões de consumo. Os modismos chegam por vários canais: novelas, desfiles, comerciais, incentivando hábitos que não eram comuns a

determinado grupo, criando um tipo de consumo que até então não existia (RUAS, 2014). Consumir mais não significa necessariamente gastar mais, ele pode ocorrer de modo planejado, ou seja, fazer mais com a mesma quantidade de recursos (BACEN, 2013, p.37).

2.1.2 Poupança

Segundo o Bacen (2013), a poupança pode ser entendida como uma sobra financeira oriunda da diferença entre as receitas e as despesas, ou seja, o que ganhamos menos o que gastamos e deve ser destinado para algum tipo de investimento para que seja remunerado. Compreendida também como o excedente do rendimento sobre gastos de consumo (KEYNES, 1982, p.63). Onde se tem:

Tabela 1: Equação renda, poupança e investimento

$$\text{RENDA} = \text{CONSUMO} + \text{INVESTIMENTO}$$

$$\text{POUPANÇA} = \text{RENDA} - \text{CONSUMO}$$

$$\text{POUPANÇA} = \text{INVESTIMENTO}$$

Fonte: KEYNES (1982, p.72).

A poupança está ligada à cautela, pois o uso correto dos recursos financeiros evita o desperdício, o que propicia que o indivíduo consiga poupar. O hábito de poupar tem vários benefícios: realizar sonhos, auxiliar no processo de aposentadoria, estar prevenido diante de situações inesperadas etc. (BACEN, 2013).

2.1.3 Investimento

O Banco Central (2013) define que o investimento é a forma de como se aplicam os recursos poupados, com a expectativa de obter uma remuneração por essa aplicação. É muito importante ter em mente o que se pretende ao fazer um investimento.

Investimento designa a compra de um ativo, [...] investimentos em imóveis, máquinas, novo investimento, compra de um bem de capital de qualquer espécie. Os montantes da renda agregada e da poupança agregada são da livre escolha dos indivíduos sobre se consumirão ou deixarão de consumir, sobre se farão ou não investimentos; porém, nenhum desses montantes logrará alcançar um valor independente que resulte de um grupo separado de decisões estranhas às que concernem ao consumo e ao investimento (KEYNES, 1982, p.72).

Apenas poupar não agrega valor ao dinheiro. Investir é colocar o dinheiro para trabalhar. Um bom investimento entrega rentabilidade acima da inflação, valoriza seu patrimônio e permite que você realize seus sonhos (BLANCO, 2013).

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Saber gastar, ganhar, poupar, investir e saber doar é o fundamento da educação financeira, para que as pessoas possam ter melhor qualidade de vida (PERETTI, 2007, p.1). Assim, ela surge como importante ferramenta de apoio para os indivíduos que necessitam de um controle financeiro mais eficiente.

Em concordância com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), educação financeira é:

O processo pelo o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas, bem informados, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

O objetivo da educação financeira não é fazer de cada cidadão um especialista na área, mas de possibilitar que ele disponha das bases necessárias para a compreensão das principais noções e operações (*COMITÉ CONSULTATIF DU SECTEUR FINANCIER, 2015*). O que é necessário para se fazer dinheiro não é dinheiro, mas alfabetização financeira (KIOLYOSAKI, 1998).

2.2.1 Estratégia Nacional de Educação Financeira

O processo de educação financeira não é um modismo, mas sim um novo desafio global para governos, pais e escolas. Esse tema vem se desenvolvendo de forma mais intensa em países como Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Coreia do Sul e, no Brasil, foi fortalecido no final de 2010 com a criação da ENEF pelo Governo Federal.

Cada indivíduo participante do processo de formação do ser humano tem uma parte de responsabilidade nesse processo de mudança pela qual a educação passa. E a educação financeira vem ser um elo entre várias áreas do conhecimento, no sentido de fazer com que trabalhem juntas e formem na epistemologia do aluno, conceitos capazes de instrumentalizá-lo para a construção de sua autonomia (STEPHANI, 2005, p.12).

No Brasil, a evolução econômica recente acompanhada de inclusão social, contribuiu para impulsionar o desenvolvimento tanto para aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) quanto para modificar a composição e distribuição de renda, exigindo uma resposta estruturada e articulada pelo Estado e pela sociedade (ENEF, 2009, p.1).

A partir dessa nova perspectiva foi instituída através do decreto presidencial nº 7.397, a ENEF com o objetivo de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL/Decreto 7.397, 2010).

Tabela 2: Diretrizes da estratégia nacional para educação financeira

I-	Atuação permanente e em âmbito nacional;
II-	Gratuidade das ações de educação financeira;
III-	Prevalência do interesse público;
IV-	Atuação por meio de informação, formação e orientação;
V-	Centralização da gestão e descentralização da execução das atividades;
VI-	Formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas;
VII-	Avaliação e revisão periódicas e permanentes.

Fonte: www.planalto.gov.br (2010)

Com o desenvolvimento de ações destinadas ao público adulto e às escolas do Ensino Básico, a ENEF busca estimular um consumo mais responsável entre a população e promover a conscientização dos consumidores em relação aos riscos assumidos nos processos de endividamento, reforçando a estabilidade e a confiança no Sistema Financeiro Nacional.

O Programa Educação Financeira nas Escolas, uma das estratégias do ENEF propõe levar a educação financeira para o ambiente escolar. Tem duas áreas foco, o Ensino Fundamental e Médio, e o seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente nas futuras gerações de brasileiros. Ao se trabalhar a educação financeira desde os anos iniciais da vida escolar, contribui-se com a construção das competências necessárias para que os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade, e também para o exercício da cidadania (ENEF, 2015).

Com a ENEF, a educação financeira passa a ser uma política de Estado, de caráter permanente, envolvendo instituições, públicas e privadas, de âmbito federal, estadual e municipal. Para definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF, também foi instituído o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

O CONEF é composto por:

- quatro órgãos reguladores do mercado financeiro – Banco Central (BC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC);
- quatro ministérios – Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Previdência Social (MPS) e Ministério da Fazenda (MF);
- quatro representantes da sociedade civil, renovados a cada três anos – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNSeg) e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

O CONEF firmou convênio com a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) para execução de algumas ações da ENEF. Esse convênio é válido até 30 de dezembro de 2016 e pode ser renovado possibilitando a expansão das ações da ENEF.

2.3 EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação é um direito humano fundamental e é essencial para o exercício de todos os direitos (UNESCO, 2008). Pode-se dizer também que a educação é a base para a formação do ser humano. Educar é substantivamente formar (FREIRE, 2002). A UNESCO (2015) defende que o Brasil tem o papel essencial na promoção do apoio político e financeiro para educação entre os governos por ser um país de liderança da iniciativa Global pela Educação em Primeiro Lugar (GEFI).

Desde 1500 a educação no Brasil teve algumas transições significativas como mostra a Tabela 3:

Tabela 3: Evolução da educação no Brasil

1500	A política educacional era feita quase que exclusivamente no âmbito da sociedade civil, pela Igreja Católica. Durante a Colônia a educação assegurava o domínio dos portugueses sobre os índios e os negros escravos.
1822	Delineia-se uma estrutura de classes, e a educação, além de reproduzir a ideologia, passa a reproduzir também a estrutura de classes.
1889	A partir da Primeira República, a educação passa a ser paulatinamente valorizada como instrumento de reprodução das relações de produção.
1930	Foi criado o Ministério da Educação e Saúde; estruturou-se a universidade pela fusão de várias instituições isoladas de ensino superior; criou-se o sistema nacional de ensino, até então inexistente.
1934	A Constituição de 1934 estabeleceu a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis.
1947	Instalação de classes de ensino supletivo na maior parte dos municípios. De certa forma, tal ensino incentivou a matrícula em cursos profissionais ou pré-profissionais de nível primário.
1971	Lei n.º 5.692/71, a escola primária e o ginásio foram fundidos e denominados de ensino de 1º grau. O antigo colégio passou a se chamar ensino de 2º grau. O ensino obrigatório estendeu-se, assim, para oito anos.
1988	Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o sistema educacional brasileiro passou por um processo de modificação.
1996	Aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que alterou a organização do sistema escolar, bem como a sua denominação.

Fonte: Ministério da educação do Brasil (2002)

Com a criação da Lei nº 9.394 o Brasil apresentou progressos significativos na educação: obrigatoriedade da matrícula das crianças de 4 e 5 anos de idade na pré-escola (EC nº 59/2009); expansão da oferta de Educação Profissional; redução das taxas de analfabetismo entre jovens e adultos (PNAD 2012); promulgação do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

2.3.1 Sistema educacional brasileiro

Em concordância, com BRASIL/Lei nº 9.394, 1996 em seu artigo 22 a educação escolar está composta pela educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e educação superior.

BRASIL/Lei nº 9.394, 1996, Art. 22 ainda dispõe que a educação básica tem por finalidades desenvolver o aluno, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Em seu Art. 29 apresenta a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A segunda etapa da educação básica é classificada como ensino fundamental. Tem caráter obrigatório, com duração de nove anos, deve ser gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão através do:

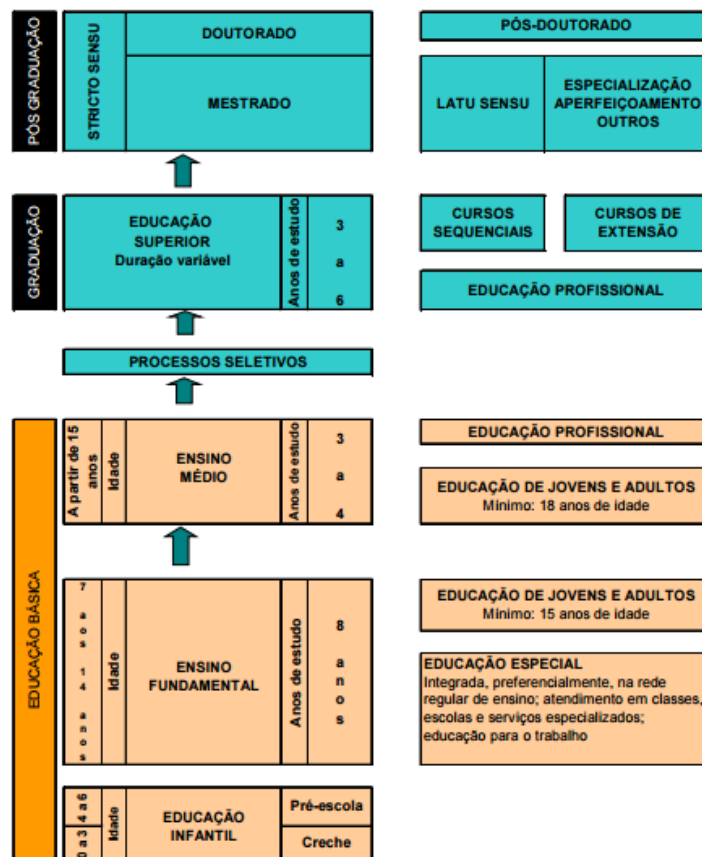
Desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL/Lei nº 9.394, Art.32, 1996).

Por fim o Art. 35 da citada lei estabelece como etapa final da educação básica o ensino médio, com duração mínima de três anos. Têm como finalidades:

- A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Já o Art. 43 descreve que a educação superior objetiva o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, buscando o desenvolvimento, a ciência e a tecnologia e da criação e difusão da cultura, e assim desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. A Figura 1 ilustra a composição da educação escolar brasileira.

Figura 1: Organização e estrutura da educação brasileira



Fonte: OEI Ministério da Educação do Brasil

2.3.2 Plano Nacional de Educação

A Emenda Constitucional nº 59/2009 mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência; também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do PIB para o seu financiamento (MEC, 2014, p.5).

O PNE determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos 10 anos. Foi criado com o intuito de erradicar o analfabetismo e promover a melhoria da qualidade da educação. É constituído por um conjunto de 20 metas como mostrado na tabela 4.

A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- Ministério da Educação - MEC;
- Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal;
- Conselho Nacional de Educação - CNE;
- Fórum Nacional de Educação.

A cada dois anos o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas de referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados (BRASIL/Lei nº 9.394/1996) .

Tabela 4: Metas do Plano Nacional de Educação

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE. Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 anos para a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%. Meta 4: universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental. Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio. Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores. Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores. Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Meta 17: valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE. Meta 18: assegurar a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. Meta 19: assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir o patamar de 7% do PIB do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.
--

Fonte: Ministério da Educação

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

O capítulo a seguir mostra os métodos e técnicas utilizados para alcançar os objetivos desta pesquisa.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Levantamento trata de um estudo que envolve grande número de componentes de determinado universo a ser pesquisado, através de amostras. Segundo Gil (2002, p.50), o levantamento é caracterizado:

[...] pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se conclusões correspondentes aos dados coletados.

As fases da pesquisa levantamento podem ser definidas como: apresentação dos objetivos; definição dos conceitos e variáveis; realização de um estudo piloto; seleção da amostra; elaboração do instrumento e coleta de dados; e análise e apresentação dos resultados (GIL, 2002, p.86).

O levantamento foi realizado no município de Gravatá, no qual uma amostra dos estudantes da última série do ensino médio do município respondeu ao questionário.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Esta é uma pesquisa descritiva, que tem como objetivo detalhar a opinião dos alunos da 3ª série do ensino médio de acordo com a percepção perante as decisões que englobam consumo, poupança e investimento.

Pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como questionários e a observação sistemática (GIL, 2002, p.42).

Esse tipo de pesquisa é caracterizado pela fidelidade dos fatos observados, pois os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador (ANDRADE, 2006, p, 124).

Em síntese, a pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade (CERVO, BERVIAN, DA SILVA, 2007, p.62).

3.3 ABORDAGEM DA PESQUISA

A pesquisa qualitativa é indutiva, pois o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos preconcebidos (RENEKER, 1993).

Nesse tipo de pesquisa os dados são divididos em unidades menores e reagrupados em categorias que se relacionam entre si de forma a ressaltar padrões, temas e conceitos (BRADLE, 1993).

A escolha da pesquisa qualitativa se deu pela maneira como o pesquisador almejou descrever os dados coletados.

3.4 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

Para a presente trabalho o universo de pesquisa escolhido foi a população de alunos concluintes do ensino médio de escolas públicas e particulares da cidade de Gravatá-PE. Então, entende-se que população é o conjunto de todos os elementos ou resultados sob investigação, enquanto amostra é qualquer subconjunto da população (BUSSAB, 2002, P.256).

Visando atender os objetivos desta pesquisa se fez necessário o cálculo amostral, sem reposição, da população de 981 alunos da 3ª série do ensino médio, sendo 897 da rede públicas e 84 da rede particular de Gravatá. O tamanho da amostra foi calculado a partir do nível de confiança de 95% e o erro amostral de 5%, feito na seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde: n - amostra calculada

N - população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro amostral

Obteve-se com o cálculo uma amostra de 269 questionários. Aplicação do instrumento de coleta de dados foi feita em seis escolas gravataenses (quatro públicas e duas particulares) nos meses de novembro e dezembro de 2015. Conseguiu-se a aplicação de 275 questionários. As informações extraídas serão apresentadas na próxima seção.

3.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para o presente trabalho foi utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário para obtenção das informações necessárias para pesquisa. Pode-se entender por questionário um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado (GIL, 2002, p.114).

Cervo, Bervian e Silva (2007, p.53) descrevem que questionário refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche e possibilita medir com mais exatidão o que deseja. Ele contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com problema central.

O estudo foi realizado com 275 alunos da 3ª série do ensino médio de escolas públicas e particulares, da cidade de Gravatá-PE. O questionário agrupou 22 perguntas referentes ao perfil social do respondente, como também a percepção do tema educação financeira ao longo do ensino médio, o comportamento do discente perante as decisões que compreendem consumo investimento e poupança e a relevância do tema para sua vida. O instrumento de coleta de dados elaborado para pesquisa encontra-se no apêndice deste trabalho.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

Gil (2002, p.125) afirma que o processo de análise de dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados, cálculos estatísticos e a interpretação dos dados. Os dados foram tabulados e cruzados no programa *Microsoft Excel*

2013, utilizando tabelas e gráficos dinâmicos para extrair o percentual de cada alternativa para que a interpretação dos dados fosse possível.

De modo a examinar com atenção as informações obtidas fez-se uma análise descritiva de cada pergunta do questionário, que será mais bem detalhada na próxima seção.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo aponta os resultados do levantamento de dados e as devidas considerações, com fundamento científico. Será feita a caracterização da população, mostrando o perfil comportamental dos entrevistados, além da compreensão dos assuntos relacionados à educação financeira, identificada nas respostas obtidas através da análise descritiva do questionário.

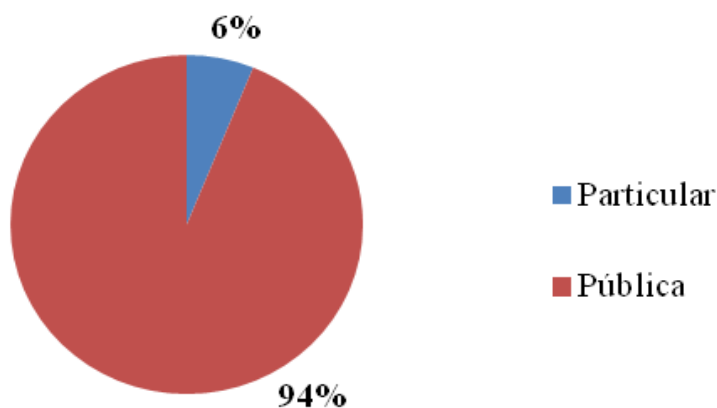
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A amostra desta pesquisa foi feita com 275 alunos de escolas públicas e particulares de Gravatá-PE concluintes do ensino médio. Com idade média de até 17 anos, a maioria são do gênero feminino e não trabalham nem tem renda. Na maior parte, o grupo familiar tem renda de até um salário mínimo e possui mais de quatro pessoas morando na residência. Como será mostrado na seção seguinte.

4.1.1 Perfil dos entrevistados

A partir dos dados coletados, constatou-se que 94% dos estudantes pesquisados estudam na rede pública de ensino e 6% estudam na rede particular, como mostra o Gráfico 1.

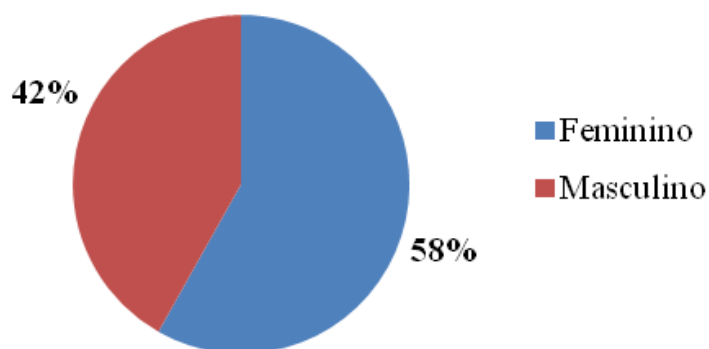
Gráfico 1: Instituição de ensino



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Cruzando os dados do Gráfico 1 com os percentuais obtidos nos Gráfico 4 e 6 facilita o entendimento da grande porcentagem de participantes que estudam na rede pública. Uma vez que, sessenta por cento das respostas relacionadas com a quantidade de pessoas que moram na mesma residência do entrevistado (Gráfico 5) mostram ter pelo menos quatro pessoas morando na casa e 55% da renda total (Gráfico 6) é de até 1salário mínimo. Com relação ao gênero dos respondentes (Gráfico2) se identificou que 58% é feminino e 42% masculino.

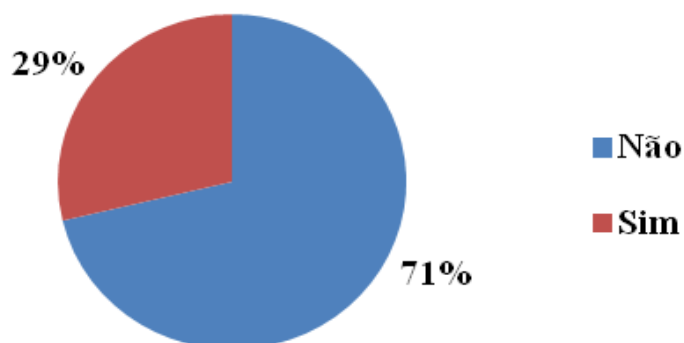
Gráfico 2: Gênero dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

No tocante ao questionamento sobre trabalho, setenta e um por cento disse não trabalhar, em contrapartida 29% das respostas foram positivas.

Gráfico 3: Percentual dos respondentes que trabalham

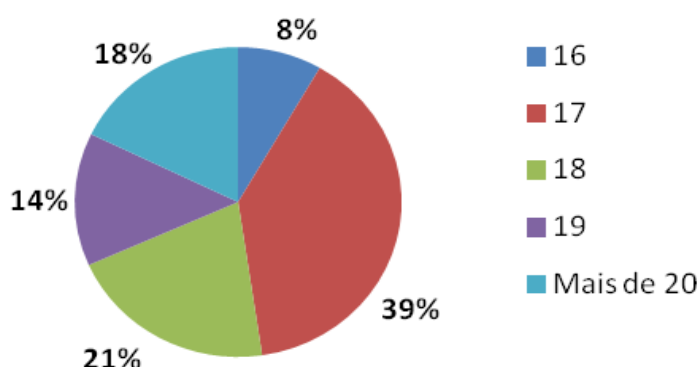


Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A discrepância entre esses percentuais pode ser compreendida quando relacionada com a idade dos respondentes (Gráfico 4) e quantidade de alunos matriculados no regime integral de ensino, identificada pelo pesquisador na aplicação do questionário. Das seis escolas pesquisadas apenas duas não oferecem ensino integral aos alunos. Destas, uma possui turmas no período noturno, no qual foi percebido que a idade foi superior às demais escolas pesquisadas. Dessa forma, identificou-se que o maior percentual de alunos que trabalham origina-se das turmas noturnas.

No que se refere à idade, 60% respondeu ter idade entre 16 e 17 anos (ver gráfico 4), ou seja, estão na faixa etária regular no ensino médio. Tendo em vista que, o Art. 32. da Lei nº 9.394 (BRASIL/Lei nº 9.394, 1996) estabelece que o ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade e Art. 35 propõe duração mínima de três anos na etapa final da educação básica, o ensino médio.

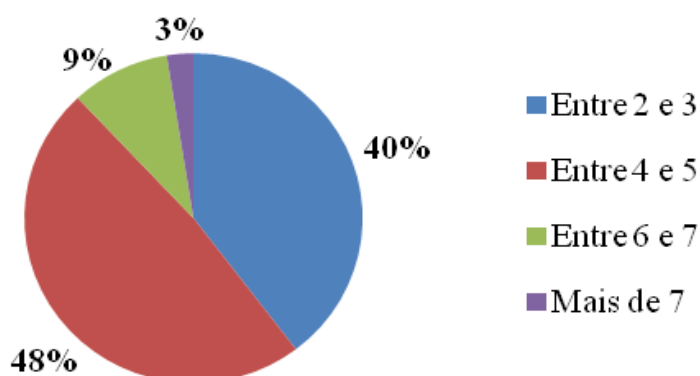
Gráfico 4: Idade dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Na pesquisa, sessenta por cento das afirmações mostraram que a quantidade de moradores é igual ou superior a 4, conforme Gráfico 5.

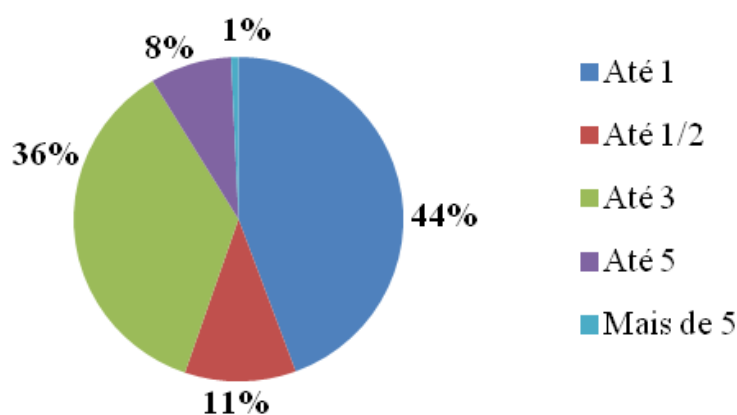
Gráfico 5: Quantidade de moradores por residência



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Partindo desse resultado, detectou-se, ao relacionar a quantidade de moradores e a renda familiar, como é reduzido o poder aquisitivo de cada membro, visto que a renda bruta mensal familiar de 55% permeia o salário básico (Gráfico 6). Atestou-se que 11% das famílias vive com até um salário mínimo, quarenta e quatro por cento vive com até meio salário mínimo, trinta e seis por cento com até três salários mínimos, oito por cento com até cinco salários e apenas 1% responderam que a renda bruta é superior a cinco salários mínimos.

Gráfico 6: Renda bruta mensal familiar

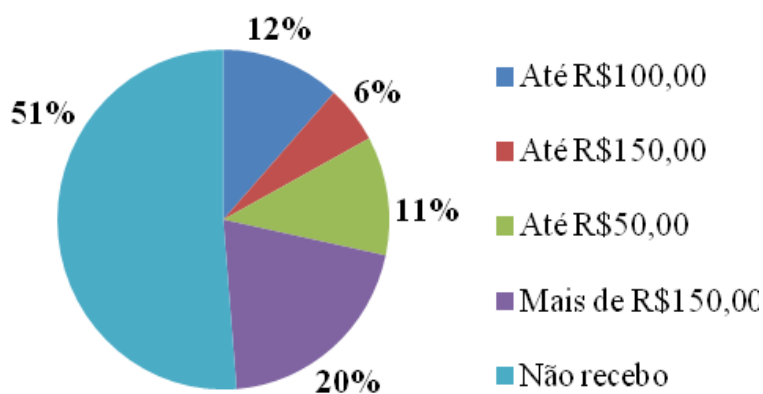


Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Pertinente ao assunto mesada, cinquenta e um por cento admitiu não ter vencimentos. Ao passo que 20% tem ganho mais de R\$150,00. Correspondendo aos recursos de até R\$100,00; doze por cento optou por essa alternativa. Seguido de 11%, representando os

questionados para valor até R\$50,00. Uma minoria (6%) alegou auferir renda até R\$150,00, ilustrado no Gráfico 7.

Gráfico 7: Valor da mesada do respondente



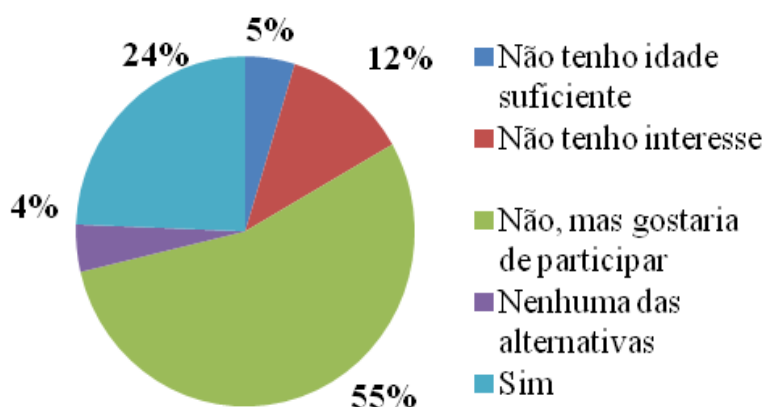
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A partir dos dados apresentados, verificou-se que mais da metade dos estudantes não possui poder de compra. Já que esse percentual não exerce atividade profissional e a renda familiar não ultrapassa um salário mínimo; contribui para a ausência de mesada.

4.1.2 Percepção sobre educação financeira

Com relação à participação no orçamento financeiro familiar, cinquenta e cinco por cento responderam ‘não, mas gostariam de colaborar’; vinte e quatro por cento declararam participar, doze por cento ‘não tem interesse’, cinco por cento consideram não ter idade suficiente e quatro por cento escolheram ‘nenhuma das alternativas anteriores’.

Gráfico 8: Participação no orçamento financeiro familiar

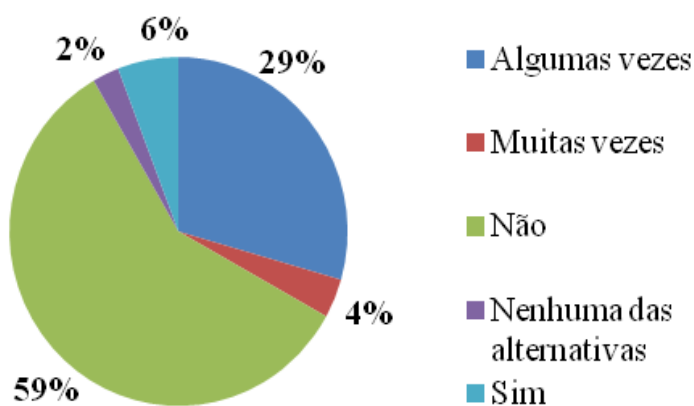


Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Notou-se, fundamentado nos elementos do Gráfico 8, um desejo de contribuir financeiramente para as despesas do lar. E esses jovens estarão ingressando no mercado de trabalho nos próximos anos, tornando possível tal contribuição.

Em referência a se gastar mais do que ganha, cinquenta e nove por cento enfatizou que não gastam mais do que ganham, vinte e nove por cento apontou que algumas vezes esse fato ocorre, seis por cento respondeu que positivamente, quatro por cento informou que muitas vezes e dois por cento não escolheu nenhuma alternativa anterior como exibido no Gráfico 9.

Gráfico 9: Gasta mais do que ganha

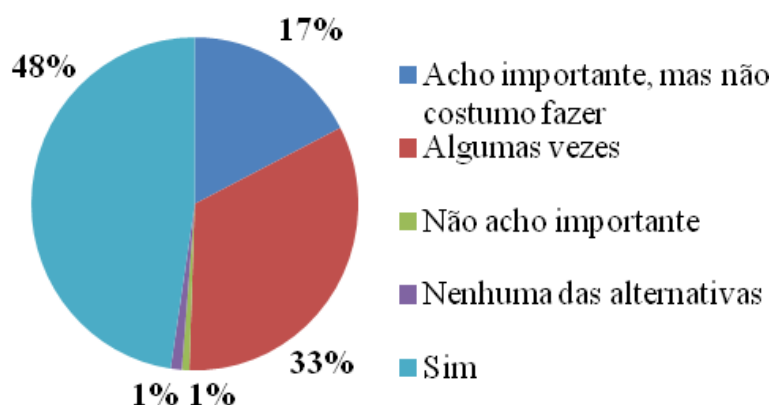


Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A relação possível para 59% dos alunos adotarem a resposta negativa como alternativa para a preposição pode ser dada pela limitação de recursos financeiros. O que cabe, para comprovar, um novo estudo sugerido nas recomendações deste trabalho.

Como mostrado no Gráfico 10, quarenta e oito por cento dos questionados mencionaram fazer o planejamento das finanças pessoais, trinta e três por cento faz ‘algumas vezes’, dezessete por cento acha importante, mas não costuma fazer, um por cento não acha importante e um por cento não concordou com nenhuma das alternativas anteriores.

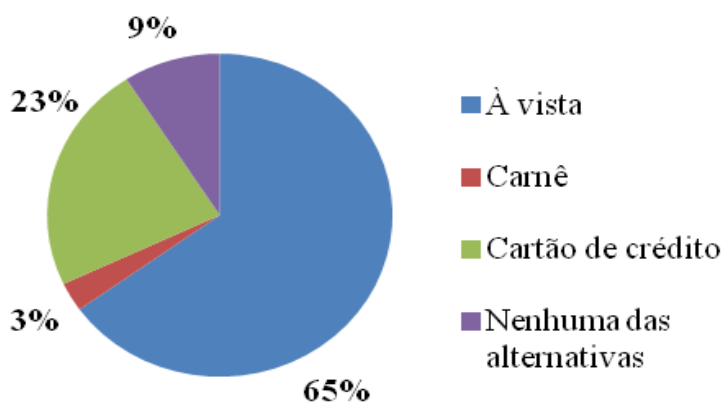
Gráfico 10: Percepção sobre o planejamento financeiro pessoal dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Um dado positivo se apresenta no questionamento de como os entrevistados costumam pagar suas contas, destacando o percentual de 65% para pagamentos à vista (Gráfico 11).

Gráfico 11: Tipo de pagamento predominante



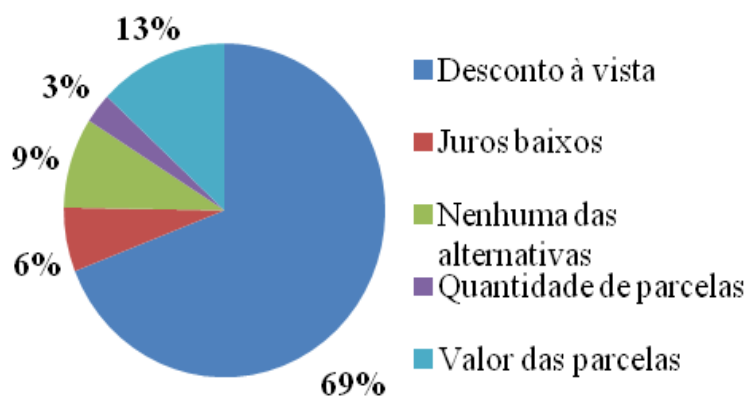
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Como apresentada neste trabalho, anteriormente a PEIC informa que o comprometimento da renda com dívidas parceladas no cartão de crédito é a principal causa do endividamento das famílias. Partindo dessa afirmação, é muito relevante que 65% das respostas apresentem o pagamento à vista como escolha preponderante dos alunos em questão. Todavia, é importante destacar que o maior percentual de entrevistados é menor de idade e por isso não utiliza o cartão de crédito como meio de pagamento. Um estudo mais direcionado e específico será sugerido na parte final deste trabalho.

Vários fatores impactam na decisão de compra. Kotler (1998) acentua que as condições econômicas, tais como renda disponível, poupança e patrimônio, condições de crédito, atitudes em relação às despesas *versus* poupança estão diretamente ligados a essa decisão.

Considerando que 71% dos participantes da pesquisa não trabalham, cinquenta e um por cento não recebe mesada e 65% paga as contas à vista. O percentual de 69% das respostas considera que o fator mais importante na decisão de compra seja o desconto à vista com base no Gráfico 12.

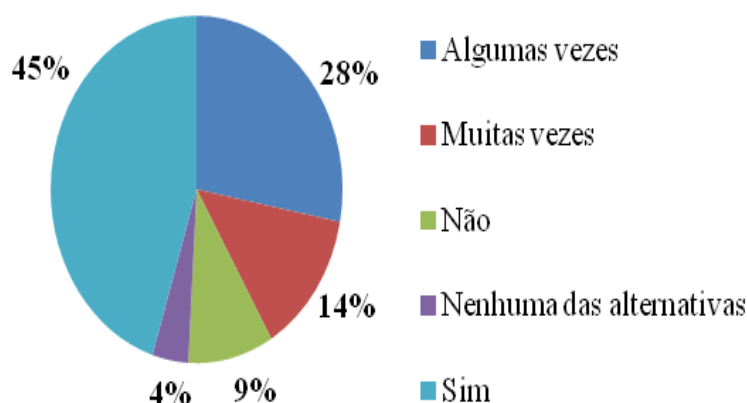
Gráfico 12: Fator mais importante na decisão de compra



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Atinente à opinião referente ao controle financeiro, quarenta e cinco por cento dos discentes afirmaram que se consideram controlados. Já 28% respondeu que são algumas vezes. ‘Muitas vezes’ foi a alternativa de 14%, nove por cento apontou que não e 4% não escolheram nenhuma das alternativas anteriores.

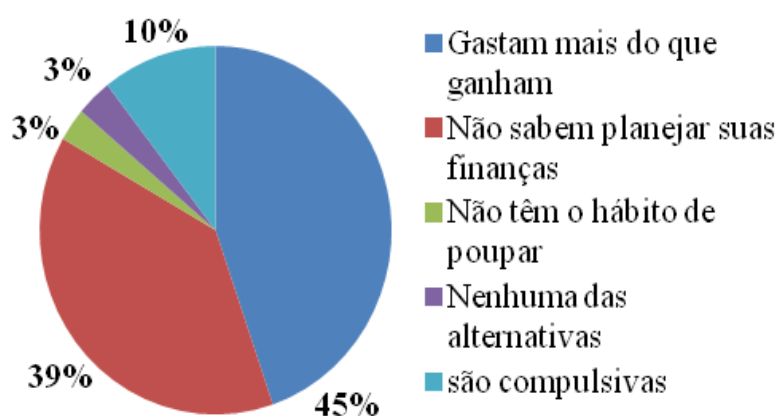
Gráfico 13: Percepção sobre o controle financeiro dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Perguntados por que as pessoas se endividam a alternativa ‘gastam mais do que ganham’ foi escolhida por 45%, como segunda opção de resposta, com 39% da opinião dos alunos, ficou a preposição ‘não sabem planejar suas finanças’, dez por cento considerou que a razão para tal fenômeno é o fato de serem compulsivas e 3% relatou que as pessoas não têm o hábito de poupar, e por fim, três por cento não optou por nenhuma das alternativas anteriores.

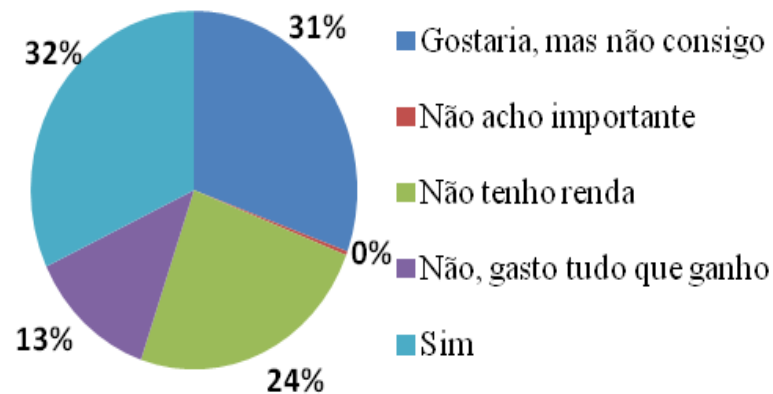
Gráfico 14: Opinião sobre o porquê as pessoas se endividam



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

No tocante à reserva para poupança, trinta e dois por cento revelou ter o hábito de poupar, enquanto 31% demonstrou interesse em fazer reservas, ainda que esse percentual confirmou não conseguir. Enquanto, vinte e quatro por cento não tem renda, treze por cento gasta tudo que ganha e não poupa.

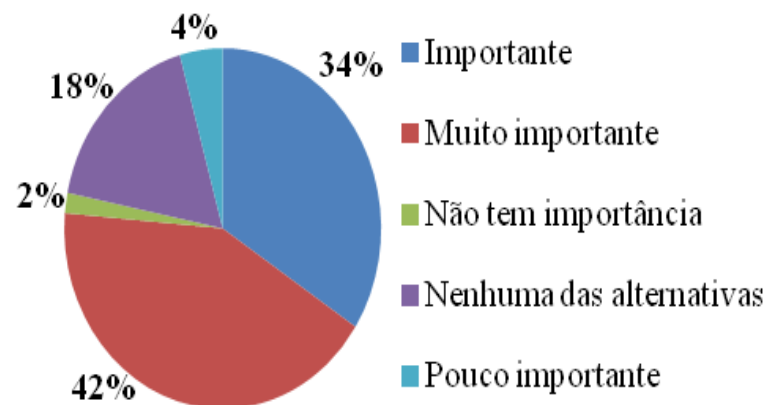
Gráfico 15: Opinião sobre reserva para poupança



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Ao serem perguntados sobre a importância de investir na aposentadoria, quarenta e dois por cento alegou ser muito importante e 34% ratificou ser importante. Contudo, dezoito por cento dos respondentes enfatizou que nenhuma das alternativas anteriores correspondia à sua opinião, quatro por cento achou pouco importante e 2% sem relevância, como elucidado no Gráfico 16.

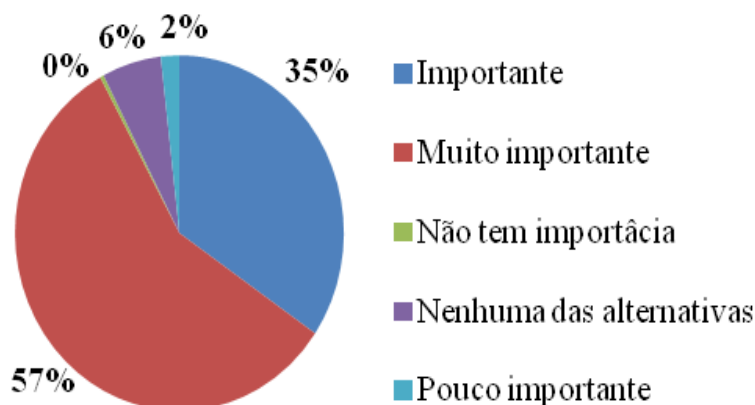
Gráfico 16: Percepção sobre investimento em aposentadoria



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Sobre a importância da educação financeira para sua vida, foram expressivos os percentuais para as alternativas ‘muito importante’ (57%) e ‘importante’ (35%). Demais alternativas marcaram 6% das opiniões.

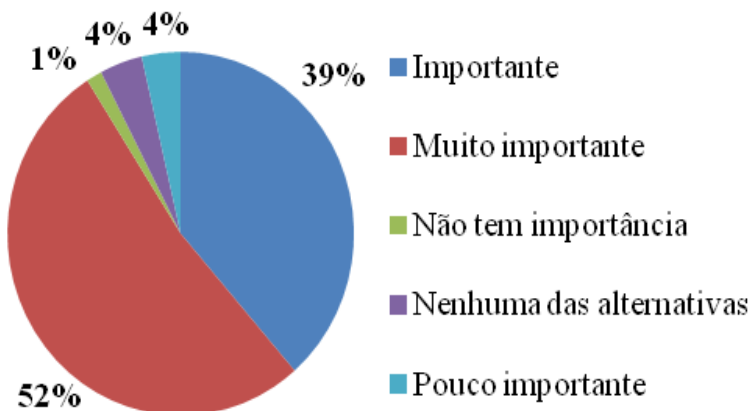
Gráfico 17: Importância da educação financeira para sua vida



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Baseado na opinião da importância do ensino de educação financeira no ensino médio, outro significativo percentual aponta para relevância do tema, pois 52% considerou muito importante e 39% acreditou ser importante. Demais alternativas marcaram 9% das escolhas.

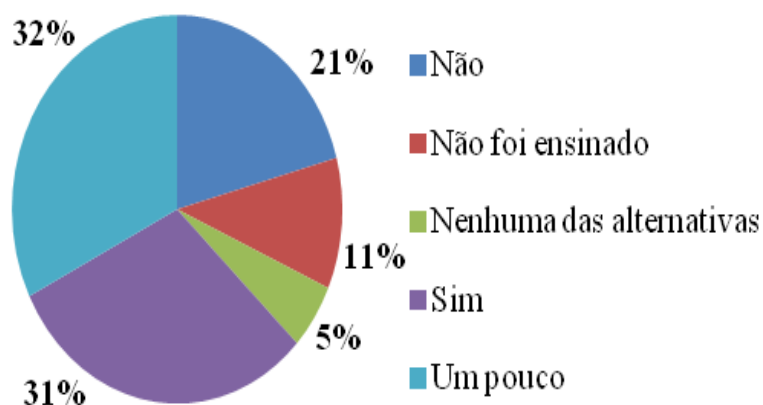
Gráfico 18: Importância do ensino de educação financeira



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Analisando o Gráfico 19, onze por cento afirmou que o tema não foi ensinado, trinta e dois por cento aprendeu um pouco e 21% não aprendeu sobre educação financeira no ensino médio, totalizando 64% das respostas, trinta e um por cento respondeu que sim e cinco por cento não se identificou com nenhuma das alternativas anteriores.

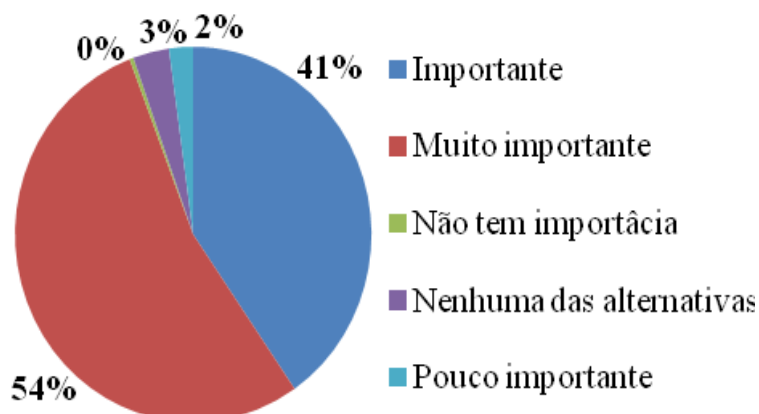
Gráfico 19: Aprendizado de educação na escola no ensino médio



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Em relação à importância do aprendizado de educação financeira no ensino médio, pode-se perceber a significância que o tema tem para os entrevistados. Haja vista que 54% responderam que era muito importante e 41% que era importante.

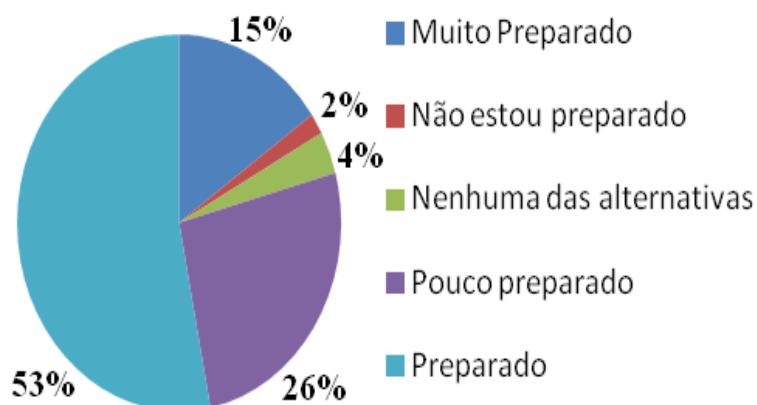
Gráfico 20: Importância do aprendizado de educação financeira no ensino médio



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Também foi questionada a opinião relacionada ao preparo para tomadas de decisões financeiras conscientes na vida adulta. Dessa forma, cinquenta e três por cento respondeu se sentirem preparados, quinze por cento indicou a resposta 'muito preparado'. Contudo, vinte seis por cento se considerou pouco preparado para essas decisões. As demais alternativas foram selecionadas por apenas 6% dos entrevistados.

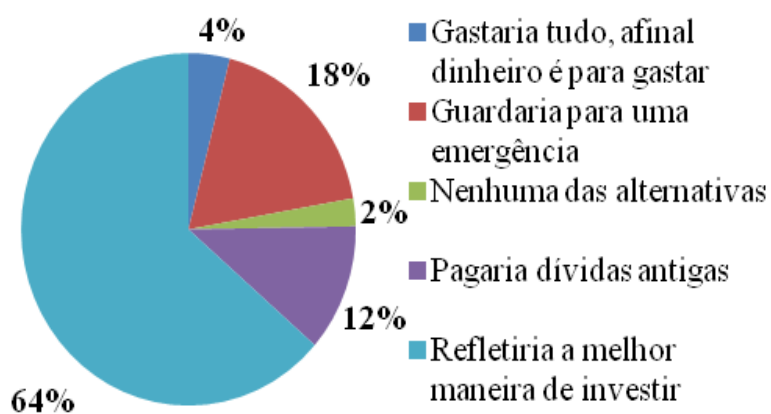
Gráfico 21: Percepção do preparo para tomar decisões financeiras conscientes



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Por fim, foi proposta hipoteticamente na pergunta 22 do questionário da pesquisa como os respondentes utilizariam o valor monetário de R\$1.000,00. Assim, sessenta e quatro por cento confirmou que refletiria a melhor maneira de investir, dezoito por cento guardaria para uma emergência, doze por cento pagaria dívidas antigas. Contudo, apenas 4% gastaria tudo e 2% não escolheu nenhuma das alternativas anteriores.

Gráfico 22: Percepção sobre como utiliza os recursos financeiros



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Diante de todos os dados informados, pôde-se perceber a grande significância que a educação financeira tem para o público pesquisado. Os elevados percentuais extraídos dos questionamentos sobre a importância da educação financeira para a vida como também o seu ensino nas escolas de ensino médio comprovam tal afirmação (Gráficos 17, 18 e 20).

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar o perfil dos alunos do 3º ano do ensino médio de escolas públicas e particulares na cidade de Gravatá-PE, a partir da percepção financeira em relação às várias alternativas disponíveis de alocação em consumo, poupança e investimento.

A pesquisa foi motivada diante das mudanças que estão ocorrendo em todo mundo e também no Brasil exigindo uma nova postura diante da maneira de como os indivíduos administram seus recursos financeiros e a importância que uma vida financeira equilibrada traz para as pessoas.

No Brasil, as pessoas ainda não conseguem usar com eficiência o dinheiro que adquirem. Tal fato pôde ser mostrado através do nível de endividamento apresentado na justificativa deste trabalho pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, além das informações apresentadas nos resultados desta pesquisa. O público pesquisado tem ciência da relevância da educação financeira em suas vidas.

As diversas ações de políticas públicas voltadas para a implantação da educação financeira nos currículos escolares foi outro fator motivador para a pesquisa, dada à necessidade do aprendizado e aplicação desses conceitos por todos e principalmente para crianças e jovens. Tendo em vista que, apenas os alunos de seis das vinte e sete capitais brasileiras tiveram a oportunidade de participar do projeto piloto de educação financeira.

O público alvo escolhido para este trabalho tem um perfil específico, são todos estudantes concluintes do ensino médio. Em sua maioria não trabalha, o grupo familiar de 55% possui renda de até um salário mínimo. A maior parte é composta de mulheres, com idade predominante entre 16 e 17 anos. E apesar de esses estudantes não terem renda, em sua maioria, (Gráficos 3 e 7), existe um forte desejo de contribuir com o orçamento de suas casas (ver Gráfico 8).

O estudo limitou-se a entender como esses alunos se comportam nas suas decisões financeiras. Porém, sugere-se uma nova pesquisa com todos os alunos do ensino médio da cidade de Gravatá-PE.

Indica-se também um estudo com alunos que entraram no mercado de trabalho posteriormente à conclusão do ensino médio, pois o fato da maioria dos entrevistados não possuírem renda, mas afirmarem estar preparados para tomar decisões financeiras conscientes não assegura que os conhecimentos sobre educação financeira serão utilizados corretamente.

Diante de tudo aquilo que foi estudado na pesquisa, conclui-se que os alunos analisados afirmam sentirem-se preparados para tomar com consciência suas decisões financeiras. Mas, ressaltaram a importância do aprendizado da educação financeira no ensino médio, por considerarem o tema bastante importante.

Mesmo havendo limitações, fez-se possível atingir os objetivos propostos, por conta do interesse por parte dos diretores das escolas que autorizaram a aplicação do questionário e por parte dos discentes ao responderem as questões propostas.

REFERENCIAS

AEF-BRASIL. **Educação financeira nas escolas**. 2015. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/educacao-financeira>> Acesso em: 01.12.2015.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Banco Central do Brasil: fique por dentro / Banco Central do Brasil**. - 4. ed.- Brasília : BCB, 2008. 36 p.: il. Programa de Educação Financeira do Banco Central (PEF-BC). 1. Bancos – Livro didático. I. Título.

_____. **Base nacional curricular**. 2015. Disponível em: <<https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/blog/86-base-nacional-curricular>>. Acesso em 15.12.2015.

_____. **Caderno de educação financeira – gestão de finanças pessoais**. Brasília: BCB, 2013.

_____. **CONEF**. 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/Paginas/Conef-designa-membros-de-Comite-de-Acompanhamento-e-Fiscalizacao.aspx>> Acesso em: 01.12.2015.

_____. **Consumo planejado e consciente**. Disponível em: <<https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/consumo-planejado-e-consciente>> Acesso em: 15.12.2015.

_____. **Origem e evolução do dinheiro**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/origevol.asp?idpai=HISTDIN>>. Acesso em: 29.11.2015.

BLANCO, SANDRA. A importância de investir. 2013. Disponível em: <<https://blog.guiabolso.com.br/2013/09/06/a-importancia-de-investir>>. Acesso em 15.12.2015.

BORSATO, J. M. L. S. et al. **Otimismo e excesso de confiança**: um estudo do perfil comportamental dos indivíduos, à luz das finanças comportamentais. In: SEMEAD, 12., 2009, São Paulo. Anais... Empreendedorismo e Inovação, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm> Acesso em: 01.12.2015.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 01.12.2015.

BRADLEY, JANA. **Methodological issues and practices in qualitative research**. *Library Quarterly*, v. 63, n. 4, p. 431-449, Oct. 1993

BUSSAB, WILTON DE O. **Estatística básica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

CABRAL, GABRIELA. **Consumismo**. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/psicologia/consumismo.htm>>. Acesso em: 29.11.2015.
CERVO, AMADO LUIZ; BERVIAN, PEDRO ALCINO; SILVA, ROBERTO DA. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COMITÉ CONSULTATIF DU SECTEUR FINANCIER. **Éducation Financière**. 2015. Disponível em: <<http://www.banque-france.fr/ccsf/fr/index.htm>>. Acesso em: 01.12.2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO - CNC. **Percentual de famílias endividadadas sobe para 62,4% em maio**. 2015. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/noticias/economia/percentual-de-familias-endividadadas-sobe-para-624-em-maio>>. Acesso em: 25.05.2015.

_____. **Perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2014**. 2015. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2014>>. Acesso em: 28.05.2015.

ENEF. **Programas de educação financeira**. 2015. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-29-quem_somos_e_o_que_fazemos.html> Acesso em: 01.12.2015.

EKER, T. HARV. **Os segredos da mente milionária**. Rio de Janeiro: Editora: Sextante, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANKENBERG, LOUIS. **Seu futuro financeiro, você é o maior responsável**: como planejar suas finanças pessoais para toda a vida. 14 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GITMAN, LAWRENCE J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Editora Addison, 2004.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 221 p.

HOFMANN, R. M.; MORO, M. L. F. Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF. **Revista de Educação Matemática – Zetetike**. Unicamp, São Paulo, v. 20, n. 38, p. 37-54, 2012. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/zetetike/article/view/2814/3872>> Acesso em: 05.01.2016.

IBGE. **Censo demográfico.** 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>> Acesso em: 04.01.2016.

KEYNES, JOHN MAYNARD. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** 1.ed. São Paulo: Atlas, 1982.

KIYOSAKI, ROBERT T.; LECHTER, SHARON. **Filho Rico Filho Vencedor:** Como preparar seu filho para ganhar dinheiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

MILANEZ, D. Y. **Finanças Comportamentais.** 2003. 53f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós Graduação em Administração de Empresas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Planejando a próxima década:** conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em: 06.01.2016.

NETO, A. L. da S. **Dívida pública interna federal:** uma análise histórica e institucional do caso brasileiro. Brasília: UnB, 1980.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness.** 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>> Acesso em: 06.12.2015.

PERETTI, L. C. **Aprenda a cuidar do seu dinheiro.** 1. ed. Dois vizinhos, PR. Impressul, 2007.

RENEKER, M.H. **A Qualitative Study of Information Seeking Among Members of an Academic Community:** Methodological Issues and Problems. Library Quarterly, V. 63, N. 4, P. 487-507, Oct. 1993.

RUAS, DESIRÉ. **Consumo e consumismo:** pela consciência em primeiro lugar. 2014. Disponível em: <<http://conscienciaeconsumo.com.br/artigos/consumo-e-consumismo-pela-consciencia-em-primeiro-lugar>> Acesso em: 01.12.2015.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6620/5204>> Acesso em: 14/12/2015.

STEPHANI, M. **Educação Financeira:** uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno. 2005. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS: PUCRS.

SILVA, ANDERSON CAPUTO. **Origem e história da dívida pública.** Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/Parte%201_1.pdf> Acesso em: 20.12.2015.

UNESCO. **Educação de qualidade para todos:** um assunto de direitos humanos. 2. ed. – Brasília : UNESCO, OREALC, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001505/150585por.pdf>>. Acesso em: 01.12.2015.

_____. **Educação para todos no Brasil.**2015. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1796>>. Acesso em: 05.12.2015.

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE NÚCLEO DE GESTÃO ADMINISTRAÇÃO

Este questionário faz parte do levantamento de dados para a pesquisa de TCC da aluna BRUNA GERLANY DE SOUZA NASCIMENTO, e tem o intuito de analisar a consciência financeira de alunos da 3ª série do ensino médio de escolas públicas e particulares da cidade de Gravatá.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Tipo de instituição de ensino: () pública () particular
2. Gênero: () feminino () masculino
3. Você trabalha: () sim () não
4. Idade: _____
5. Quantas pessoas, incluindo você, moram em sua residência?
a) 1 b) entre 2 e 3 c) entre 4 e 5 d) entre 6 e 7 e) mais de 7
6. Qual a renda bruta mensal familiar da sua casa, em salários?
a) até ½ b) até 1 c) até 3 d) até 5 e) mais de 5
7. Qual dos valores a seguir melhor representa o valor da sua mesada?
a) até R\$50,00 b) até 100,00 c) até R\$ 150,00 d) R\$150,00 e) não recebo
8. Você participa do orçamento financeiro da sua casa?
a) sim b) não, mas gostaria de participar c) não tenho interesse
d) não tenho idade suficiente e) nenhuma das alternativas anteriores
9. Você costuma gastar mais do que ganha?
a) sim b) algumas vezes c) muitas vezes d) não e) nenhuma das alternativas anteriores
10. Você costuma fazer planejamento das suas finanças pessoais?
a) sim b) algumas vezes c) acho importante, mas não costumo fazer
d) não acho importante e) nenhuma das alternativas anteriores

11. Como você costuma pagar suas compras?

- a) à vista b) cartão de crédito c) carnê d) cheque e) nenhuma das alternativas anteriores

12. Qual dos fatores a seguir é mais importante na sua decisão de compra?

- a) desconto à vista b) valor das parcelas c) juros baixos
d) quantidade de parcelas e) nenhuma das alternativas anteriores

13. Você se considera uma pessoa controlada financeiramente?

- a) sim b) muitas vezes c) algumas vezes d) não e) nenhuma das alternativas anteriores

14. Em sua opinião, porque as pessoas se endividam?

- a) gastam mais do que ganham b) não têm o hábito de poupar
c) não sabem planejar suas finanças d) são compulsivas
e) nenhuma das alternativas anteriores

15. Você costuma reservar parte do que ganha para sua poupança?

- a) sim b) gostaria, mas não consigo c) não, gasto tudo que ganho
d) não acho importante e) não tenho renda

16. Você considera importante investir em sua aposentadoria?

- a) muito importante b) importante c) pouco importante
d) não tem importância e) nenhuma das alternativas anteriores

17. Qual a importância da educação financeira para sua vida?

- a) muito importante b) importante c) pouco importante
d) não tem importância e) nenhuma das alternativas anteriores

18. Você considera importante o ensino de educação financeira no ensino médio?

- a) muito importante b) importante c) pouco importante
d) não tem importância e) nenhuma das alternativas anteriores

19. Você aprendeu sobre educação financeira na escola, no seu ensino médio?

- a) sim b) um pouco c) não d) não foi ensinado e) nenhuma das alternativas anteriores

20. Você considera que o aprendizado de educação financeira no ensino médio é importante para que suas decisões financeiras sejam mais conscientes na vida adulta?

- a) muito importante b) importante c) pouco importante
d) não tem importância e) nenhuma das alternativas anteriores

21. Você acredita estar preparado (a) para tomar decisões financeiras conscientes na vida adulta?

- a) muito preparado b) preparado c) pouco preparado
- d) não estou preparado e) nenhuma das alternativas anteriores

22. Suponha que você tem R\$1.000,00, neste momento, o que você faria?

- a) gastaria tudo, afinal dinheiro é para gastar b) refletiria a melhor maneira de investir
- c) pagaria dívidas antigas d) guardaria para uma emergência
- e) nenhuma das alternativas anteriores

ANEXO A- SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA DE TCC – COLÉGIO BATISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DO TCC

Através do presente instrumento, solicitamos do responsável pelo(a) COLÉGIO BATISTA BETÂNIA, autorização para realização da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da aluna BRUNA GERLANY DE SOUZA NASCIMENTO, orientada pelo Prof. Msc. JOSÉ CÍCERO DE CASTRO, SIAPE 2117687, com título EDUCAÇÃO FINANCEIRA: um estudo de caso sobre a consciência financeira de alunos da 3ª série do ensino médio das escolas públicas e particulares da cidade de Gravatá.

A coleta de dados será realizada através de aplicação de questionário.

A presente atividade é requisito para a conclusão de curso de Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

As informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização da instituição campo da pesquisa.

Caruaru, 17 de novembro de 2015

Bruna Gerlany S. Nascimento

05.805.949/0001-89

Col. Batista Betânia de Gravatá
Rua Vereador Elias Torres, 87 A
Centro - CEP: 55.641-040 - Gravatá-PE
Portaria SE 858 - Publicação em 28
de Fevereiro de 2004
Cadastro Escolar nº 207040

[Assinatura]

Professor Orientador

Prof. Cicero Castro
Vice Coordenador Curso
de Administração
SIAPE 2117687

[Assinatura]
Assinatura e carimbo do gestor(a)

Maria da Conceição Carvalho da Silva
Diretora Reg. Diploma 147
GRE/Vitória de Santo Antão

ANEXO B - SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA DE TCC – ESCOLA CLETO CAMPELO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DO TCC

Através do presente instrumento, solicitamos do responsável pelo(a) ESCOLA CLETO CAMPELO, autorização para realização da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da aluna BRUNA GERLANY DE SOUZA NASCIMENTO, orientada pelo Prof. Msc. JOSÉ CÍCERO DE CASTRO, SIAPE 2117687, com título EDUCAÇÃO FINANCEIRA: um estudo de caso sobre a consciência financeira de alunos da 3ª série do ensino médio das escolas públicas e particulares da cidade de Gravatá.

A coleta de dados será realizada através de aplicação de questionário.

A presente atividade é requisito para a conclusão de curso de Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

As informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização da instituição campo da pesquisa.

Caruaru, 17 de novembro de 2015

Bruna Gerlany S. Nascimento

Acadêmico

[Assinatura]

Professor Orientador

Prof. Cícero Castro
Vice Coordenador Curso
de Administração
SIAPE 2117687

Orlene Rosale NASCIMENTO
Gestora - Matr. 154.693-8
Ata. 246005 D.O. 11/10/05

[Assinatura]
Assinatura e carimbo do gestor(a)

ANEXO C - SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA DE TCC – ESCOLA DEVALDO BORGES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DO TCC

Através do presente instrumento, solicitamos do responsável pelo(a) ESCOLA DEVALDO BORGES, autorização para realização da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da aluna BRUNA GERLANY DE SOUZA NASCIMENTO, orientada pelo Prof. Msc. JOSÉ CÍCERO DE CASTRO, SIAPE 2117687, com título EDUCAÇÃO FINANCEIRA: um estudo de caso sobre a consciência financeira de alunos da 3ª série do ensino médio das escolas públicas e particulares da cidade de Gravatá.

A coleta de dados será realizada através de aplicação de questionário.

A presente atividade é requisito para a conclusão de curso de Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

As informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização da instituição campo da pesquisa.

Caruaru, 17 de novembro de 2015

Bruna Gerlany S. Nascimento

Acadêmico

Prof. Cícero Castro

Professor Orientador

Prof. Cícero Castro
Vice Coordenador Curso
de Administração
SIAPE 2117687

Nadjaécio Coêlho da Silva

Assinatura e carimbo do gestor(a)

Nadjaécio Coêlho da Silva
Gestor

Mat. 176.572-8
Port. nº 7495 de 10/11/11

10.572.071/1412-80
GOVERNO DE PERNAMBUCO
SEC. DE EDUCAÇÃO
CRE DA MANT. CENTRO 06
ESCOLA ESTADUAL DEVALDO BORGES, 424
AV. JOAQUIM DIDIER, 153
CENTRO - CEP: 55.844-190
GRAVATA - PE

ANEXO D – SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA DE TCC - SALESIANAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DO TCC

Através do presente instrumento, solicitamos do responsável pelo(a) INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES (SALESIANAS), autorização para realização da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da aluna BRUNA GERLANY DE SOUZA NASCIMENTO, orientada pelo Prof. Msc. JOSÉ CÍCERO DE CASTRO, SIAPE 2117687, com título EDUCAÇÃO FINANCEIRA: um estudo de caso sobre a consciência financeira de alunos da 3ª série do ensino médio das escolas públicas e particulares da cidade de Gravatá.

A coleta de dados será realizada através de aplicação de questionário.

A presente atividade é requisito para a conclusão de curso de Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

As informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização da instituição campo da pesquisa.

Caruaru, 17 de novembro de 2015

Acadêmico

Professor Orientador

Prof. Cicero Castro
Vice Coordenador Curso
de Administração
SIAPE 2117687

Assinatura e carimbo do gestor(a)

ANEXO E - SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA DE TCC - EREMPAF



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DO TCC

Através do presente instrumento, solicitamos do responsável pelo(a) ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO PROFESSOR ANTÔNIO FARIAS (EREMPAF), autorização para realização da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da aluna BRUNA GERLANY DE SOUZA NASCIMENTO, orientada pelo Prof. Msc. JOSÉ CÍCERO DE CASTRO, SIAPE 2117687, com título EDUCAÇÃO FINANCEIRA: um estudo de caso sobre a consciência financeira de alunos da 3ª série do ensino médio das escolas públicas e particulares da cidade de Gravatá.

A coleta de dados será realizada através de aplicação de questionário.

A presente atividade é requisito para a conclusão de curso de Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

As informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização da instituição campo da pesquisa.

Caruaru, 17 de novembro de 2015

Bruna Gerlany S. Nascimento

Acadêmico

Prof. Cicero Castro

Professor Orientador

Prof. Hialene Esley Cavalcanti
Gestora - Mat. 84.555-8
Ato N° 3651 de 20/02/2015
D.O. 21/02/2015

Prof. Cicero Castro
Vice Coordenador Curso
de Administração
SIAPE 2117687

Assinatura e carimbo do gestor(a)

ANEXO F - SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA DE TCC – ETE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DO TCC

Através do presente instrumento, solicitamos do responsável pelo(a) ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ LUIZ DE MENDONÇA (ETE), autorização para realização da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da aluna BRUNA GERLANY DE SOUZA NASCIMENTO, orientada pelo Prof. Msc. JOSÉ CÍCERO DE CASTRO, SIAPE 2117687, com título EDUCAÇÃO FINANCEIRA: um estudo de caso sobre a consciência financeira de alunos da 3ª série do ensino médio das escolas públicas e particulares da cidade de Gravatá.

A coleta de dados será realizada através de aplicação de questionário.

A presente atividade é requisito para a conclusão de curso de Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

As informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização da instituição campo da pesquisa.

Caruaru, 17 de novembro de 2015

Bruna Gerlany S. Nascimento

Acadêmico

Prof. Cícero Castro

Professor Orientador

Prof. Cícero Castro
Vice Coordenador Curso
de Administração
SIAPE 2117687

Lenilda Leal da Silva

p/ Assinatura e carimbo do gestor(a)

Lenilda Leal da Silva
Apoio Pedagógico
Matrícula: 89.857-0

ANEXO G – DECLARAÇÃO - GRE MATA NORTE



Declaração

Declaro para os devidos fins que as Escolas Estaduais do Município de Gravatá Jurisdicionadas pela GRE MATA CENTRO – Vitória, teve o quantitativo de 897 alunos matriculados nos 3º anos do Ensino Médio referente ao ano de 2015, conforme tabela abaixo:

ESCOLAS	QUANTITATIVO
Escola Aarão Lins	165
Escola Cleto Campelo	241
Escola Gravatá	41
EREM Antonio Farias	210
EREM Devaldo Borges	83
ETE Profº José Luiz de Mendonça	157
Total	897

Fonte: SIEPE

Vitória de Santo Antão, 18 de Janeiro de 2016.


Magdala Maciel Melo
 Chefe de UGR - GRE Mata Centro
 Port. SE 4209 - D.O. 12/11/2015
 Matrícula Nº - 240.564-4
 Magdala Maciel Melo
 Matrícula: 240.564-4
 UGR